

Rubén C. Lois-González *

O vinho e a imagem da terra. Contribuição à Geografia Cultural do vinhedo e o vinho na Galiza

A presente comunicação que realizamos a propósito das jornadas sobre a vinha e o vinho na cultura da Europa em homenagem ao nosso amigo François Guichard, entende-se sobre duas perspectivas complementares. Em primeiro lugar, a nossa condição de geógrafos, de pessoas especialmente preocupadas com a análise espacial e territorial, pela regionalização, a delimitação de áreas e a sua promoção externa fundamentada num produto estrela, neste caso o vinho. Não pretendemos entrar a valorizar as qualidades de um ou de outro caldo. Só nos interessa reflectir desde o presente sobre o material (vertente económico-empresarial) e o imaterial (representações colectivas) na construção da imagem da terra, dos terrenos que elaboram vinho associado a um nome. Em segundo lugar, este trabalho deve entender-se a partir de uma proposta conjunta com o meu colega X. M. Santos Solla de realizar uns apontamentos que no futuro nos permitam construir uma Geografia Cultural do vinhedo e do vinho na Galiza.

1. O CULTIVO DA VIDE E A OBTENÇÃO DE VINHO NA GALIZA: A QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL FACE À PERVIVÊNCIA DO AUTOCONSUMO

Nesta aproximação das principais magnitudes da vinha e o vinho galegos empregamos os dados oficiais, que tanto a Conselharia de Agricultura da Junta da Galiza, através do seu Anuário de Estatística Agrária, como o Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação (MAPA) da administração central, também nas suas séries anuais, achegam sobre o sector. Temos que assinalar que, surpreendentemente, em muitas ocasiões estas duas fontes não coincidem, o que é de todo injustificável. Em primeiro lugar, detectamos que as estatísticas sobre a

* Departamento de Geografia. Universidade de Santiago.

vinha na Galiza são bastante deficientes, ao passo que em Madrid há um desentendimento apreciável com respeito à maioria dos dados e apenas interessa fazer um acompanhamento exaustivo da vinha e o vinho com Denominação de Origem. Quando se produzirem conflitos entre as estatísticas das duas administrações assinalá-lo-emos, assim como a nossa opinião.

A primeira questão que desejamos indicar faz referência, seguindo uma ordem clássica de estudo, ao cultivo da vide. Um aproveitamento agrícola de grande tradição na Galiza, que se integrava no sistema de policultura de autosubsistência característico do país até aos anos 1960 e 1970. A exploração agrária familiar funcionava repregada sobre si própria, procurando obter os alimentos necessários para todo o ano (cereais, batatas, carne de porco, etc.), mobilizando uma grande quantidade de mão-de-obra e desenvolvendo uma enorme pressão produtiva sobre a pouca terra disponível. Neste contexto, a vinha, como cultivo comercial que era, não alcançava um protagonismo demasiado importante, a não ser nalgumas comarcas. Por um lado, na metade septentrional da Galiza não se produzia vinho, com excepção de determinadas áreas históricas de preservação desta cultura como os arredores de Betanços (outros núcleos como Viveiro, Ribadeu, etc., tinham desaparecido havia séculos). Por outra, a demanda doméstica deste produto era muito baixa. Os camponeses só bebiam com motivo de uma festa e se alguns adultos desenvolviam esta prática todo o ano costumavam misturar o vinho com água ou consumir um tinto mal fermentado. Por último, em espaços como o Ribeiro-Ourense, o vale de Monterrei, as terras de Chantada, Sober, Quiroga e Val-de-Orras, a Ulha ou o Salnês, obtinha-se vinho para vender no exterior. Pelo geral, tintos de pouca graduação que respondiam a uma demanda crescente de cafeterias e tabernas urbanas. Nalgumas destas áreas, a vinha e o vinho alcançaram tanta transcendência no sistema de exploração agrária familiar como os rendimentos destinados para a casa. Preferia-se obter algum dinheiro para comprar os bens que rareavam antes que fechar-se completamente sobre o autoconsumo para cobrir todas as necessidades. Os bezerros, os bois, os queijos, às vezes as favas, e sobretudo o vinho, foram os produtos comerciais do campo galego, precisamente quando as possibilidades de vender ao exterior eram muito limitadas e se tinha imposto uma sorte de autarquia agrária, não desejada, para sobreviver.

Desde os anos 1960-1970 sucederam-se as transformações de todo o tipo na sociedade galega, e espanhola em geral. Neste contexto assiste-se a uma deriva produtivista do cultivo da vide na Galiza para fazer frente a um mercado que não deixava de crescer. Em primeiro lugar, este cultivo intensificou-se com a generalização de variedades de cepas procedentes do exterior, como o *palo-mino* nas brancas e a *garnacha* nas tintas, de maior rendibilidade. Em segundo lugar, começou a recorrer-se à compra de importantes quantidades de uva, mosto

ou directamente vinho procedente das grandes áreas vitícolas do interior peninsular espanhol (La Mancha, Extremadura, etc.), para rematar elaborando um produto comercializado como próprio. Em terceiro lugar, as manipulações dos caldos e a elaboração fraudulenta de álcoois atingiram o seu momento culminante.

Em chave histórico-cultural é conveniente reter várias conclusões deste processo, vinculado à etapa do *desarrollismo* económico espanhol. Sem dúvida, a melhora apreciável nas condições de vida a partir dos anos 1960 fez com que o consumo quotidiano de vinhos de mesa se implantasse em numerosos fogares, incrementando gradualmente a demanda. Esta mudança de hábitos era a constatação de que os tempos de escasseza já tinham sido superados. No entanto, a opção por vinhos relativamente baratos não se traduz, como alguns autores prognosticaram, na crise da vinha galega e na chegada massiva da produção da vizinha Castela. Pelo contrário, os adegueiros do Ribeiro, Ourense, Chantada ou Cambados, entre outros, continuaram a manter fornecidos os seus clássicos mercados urbanos na Galiza, muitas vezes com os inconvenientes da manipulação dos vinhos, a mistura de caldos forâneos com os da terra, etc. O próprio título de «vino de Castilla» que proliferou nesses anos, associou-se normalmente a *claretes* muito medíocres, alguns procedentes de adegas de Leão ou do Berço, mas também de Ourense, Betanços, a Corunha, Vigo, e assim muitos. Durante este período, o vinho não se classificava apenas, só se relacionava com o lugar onde se fosse comprar ou donde o trouxeram, e unicamente de modo bastante tímido começavam a surgir as primeiras marcas de brancos e tintos engarrafados, porém, com um mercado muito restrito. De uma maneira geral, o Ribeiro, Ourense, e em menor medida os alvarinhos e o *país* das Rias Baixas eram os tipos de produto que o consumidor chegava a diferenciar. Por último, a extensão da agricultura a tempo parcial fez com que muitos proprietários de vinhas que deixaram recentemente o campo e que trabalhavam como assalariados na indústria e nos serviços comesçassem a incrementar a sua produção para o consumo próprio que, como já ficou dito, cresceu de maneira significativa. Esta opção não impedia vender algum excedente fora e garantia consumir «o melhor vinho» que, em muitas partes da Galiza, vem sendo por definição o elaborado na casa, numa manifestação de cultura camponesa muito enraizada.

A partir dos anos de 1980 e até à actualidade abre-se uma nova etapa, a actual, que explica a dinâmica seguida pela cultura da vinha e as novas tendências de mercado. Em primeiro lugar, e enlaçando com a ideia anterior, comprova-se que a viticultura dirigida a satisfazer as necessidades da própria casa (unindo agricultura a tempo parcial com a ideia de que já se pode agora beber vinho todos os dias) alcançou o seu momento culminante. Na Galiza, em particular na sua metade sul, é necessário muito vinho para o consumo individual, convidar

os amigos ou celebrar os milhares de festas que se sucedem ao largo de todo o país. Mantem-se o funcionamento de um mercado de vinho próprio, adquirido a um vizinho ou um amigo, a um adegueiro de confiança ou engarrafador sem Denominação de Origem, pelo geral de baixa qualidade, e que é empregado habitualmente por uma sociedade que manifesta reiteradamente que superou a pobreza material, a carência de alimentos e bebidas. A par a este mercado heterogéneo, indicativo de um país com fundas raízes camponesas que se tinha urbanizado em poucos anos, assistimos à consolidação do vinho qualificado, que se organiza em Denominação de Origem e se vincula com um território específico (na Galiza com o nome de um bairro ou uma região bem indentificadas por diferentes motivos). Normalmente, entre os caldos galegos apreciam-se os brancos, de elevado custo e muito prestigiados, embora os últimos tempos contemplaram o progresso dos esforços por conseguir bons tintos, e completar a oferta de um território com uns consumidores que dificilmente comprem vinhos no exterior. O desenvolvimento de vinho de qualidade responde a uma evolução geral na Península Ibérica e na Europa toda, de consumir menos quantidade (procurando eliminar as refeições quotidianas com álcool), demandar um produto mais seleccionado, e exprimindo o conhecimento das terras, colheitas e variedades como uma maneira de comportamento social emergente.

Procedendo agora com a análise dos dados relativos à produção de uva para vinificação e superfícies ocupadas pela vinha na Galiza, observamos a relativa importância deste cultivo na actualidade; obtemos assim mesmo uma série de conclusões que ratificam a ideia de mudanças recentes neste sector de características tão específicas. Na tabela 1, encontramos duas evidências principais: a primeira, a tendência para o retrocesso nos totais de vinho elaborado; a segunda, para uma localização preferente das vinhas nas províncias meridionais da Galiza, aquelas que apresentam umas condições bio-climáticas mais adequadas para este cultivo.

Tabela 1 – Produção de uva e superfícies da vinha na Galiza.
Dados provinciais e totais

a) Uva para vinificação. Série evolutiva da produção em Tm.

Anos	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra	Galiza
1991	25.334	27.940	96.600	105.887	256.761
1994	12.545	13.598	45.000	79.541	150.684
1997	12.483	23.598	65.100	88.927	190.108
1998	8.575	11.388	54.857	61.240	136.060

b) Superfícies dedicadas à vinha e produção em 1998. Dados provinciais e totais.

PROVÍNCIA	Superfície total (Ha)	Produção (Tm)
A Corunha	1.790	8.575
Lugo	2.330	11.388
Ourense	12.019	54.857
Pontevedra	12.429	61.240
Galiza	28.568	136.060

FONTE: Anuário de Estatística Agrária. 1998. Conselharia de Agricultura. Junta da Galiza.

Como acabamos de indicar, a evolução da uva produzida para a elaboração de vinho, apesar das consabidas variações que manifesta em cada colheita, mantém uma dinâmica geral de redução por vários motivos. Em primeiro lugar, o despovoamento do campo e a descida de agricultores dedicados ao cultivo da vinha de modo prioritário justifica que se vão abandonando terrenos com esta orientação e, sobretudo, que as parcelas se cuidem. Em segundo lugar, estamos diante da lógica tendência para que se produza menos e melhor, já que as imagens desenvolvidas em todo o mundo jogam com a dualidade de condenar o consumo frequente de álcool e, porém, incrementam o interesse por desfrutar de caldos de qualidade. É muito possível o retrocesso da vinha continuar num futuro, devido à crise demográfica e social que experimentam os espaços rurais na Galiza. Contudo, para medir esta diminuição sempre será melhor dispor das séries sobre superfícies ocupadas pelo cultivo, qualquer coisa que a Conselharia de Agricultura não parece considerar prioritário e que, no entanto, sim o faz o MAPA nos seus anuários estatísticos, ainda que com dados algo antigos (os mais recentes datam de 1996). Além disso, entre os totais de produção apreciam-se ligeiros desajustes entre os valores da Junta da Galiza e do MAPA.

Tanto a tabela 1.a como a 1.b, mostram que a vinha é representativa da metade sul da Galiza. Isto deduz-se a partir dos totais somados pelas províncias de Pontevedra e Ourense, entre 75% e 80% da produção total nos diferentes anos e quase 85% da superfície de cultivo em 1998. Assim mesmo, é necessário recordar que os valores correspondentes à província de Lugo associam-se em sua maior parte aos territórios mais meridionais desta unidade administrativa (os do Minho em Chantada, e do vale do Sil entre Quiroga e Os Peares), que mostram uma evidente continuidade com as áreas vitícolas de Ourense. Estes espaços podem ser incluídos sem problemas na Denominação de Origem Ribeira Sacra, se bem bastantes vinhatários da zona continuam a preferir a obtenção de vinho de mesa para o consumo próprio, a venda segundo os circuitos tradicio-

nais de comercialização e, em definitivo, o não submetimento às normas de qualidade que implicam produzir sob controlo. Por sua parte, o território da Corunha não dispunha nessas datas de nenhuma vinha integrada numa denominação, ainda quando a área de cultivo indicada de Betanços e a comarca da Ulha (entre Santiago e a Estrada-Lalim) se individualizam pelas suas produções de caldos com pouca graduação, variedades híbridas e aguardente no segundo espaço citado. Na actualidade, e fruto da progressiva territorialização que caracteriza a vinha e o vinho, algumas terras da Ulha corunhesa (em Vedra, Boqueixom, etc.) vão incorporar uma quarta subzona da Denominação de Origem Rias Baixas, numa decisão mais que discutível.

Em Ourense é onde a vinha alcança um protagonismo maior dentro da sua estrutura agrária. Dizemos isto porque nos encontramos diante do território com uma superior percentagem de viticultores sobre o conjunto da população, ao que se junta uma débil especialização noutros rendimentos agro-pecuários (é a província menos gadeira da Galiza, e só as granjas sem terra ou a batata em determinadas regiões possuem alguma significação). Também é necessário indicar em Ourense a localização dos espaços mais representativos da vinha galega: Val-de-Orras, uma pequena parte da Ribeira Sacra, o vale de Monterrei e especialmente o Ribeiro. Pela província adiante a dualidade existente entre vinha para o autoconsumo (com numerosos proprietários que trabalham a tempo parcial na indústria ou nos serviços em Vigo e Ourense), e para a obtenção de caldos de qualidade manifesta-se de maneira evidente. Isto também sucede em Pontevedra, se bem o autoconsumo, a produção de brancos e tintos sem controlos de qualidade, tem uma importância relativa muito superior neste território intensamente urbanizado, em que a pluriactividade e a ATP explicam em boa medida a organização dos espaços rurais. Pelas suas condições bio-climáticas favoráveis, cultiva-se o vinhedo em praticamente toda a província e, quase sempre, para satisfazer necessidades domésticas e vender um pouco para fora. Neste sentido, devemos lembrar que a única Denominação de Origem existente aqui é a de Rias Baixas, que produz uns brancos muito reputados numa quantidade bem controlada, o que contrasta com a primazia de Pontevedra nas estatísticas de superfície ocupada pela vinha e quantidade de vinho obtido.

Na tabela 2, se bem que com uns dados um pouco modificados nos últimos tempos, comprovamos que o vinho de mesa continua a ser hegemónico na Galiza, apesar de ano tras ano perder representatividade pela combinação de diversos factores; entre eles estão o novo modelo saudável de comportamento, o interesse por beber um produto controlado (as pessoas pedem garrafas com Denominação de Origem como garantia de segurança) e a percepção crescente de que se obtém quase todo o vinho nas áreas delimitadas (algo completamente falso, como se comprova na tabela). Desta sorte, muitos dos vinhos de mesa desta-

cam na sua etiqueta que são alvarinhos (nome mais popular para estes brancos de qualidade que o de Rias Baixas), apesar da sua procedência do interior de Pontevedra ou dos arredores de Santiago, tipo Ribeiro (elaborados por adegas de Ourense-cidade, Amoeiro, Sam Cibrao das Vinhas, etc.), ou mencias (variedade identificada pelo consumidor como galega, embora também seja produzida a mais baixo custo no Berço), entre outras possibilidades.

Tabela 2 – Vinho novo. Análise provincial de produção. 1996 (hectolitros).
Porcentagem de vinho de mesa sobre o total

Províncias	Vinho novo total			Vinho de mesa (%)		
	Branco	Tintos	Total	Branco	Tintos	Total
A Corunha	17.700	71.500	89.270	100	100	100
Lugo	8.083	161.440	169.523	100	100	100
Ourense	302.420	398.580	701.000	29,7	50,6	41,6
Pontevedra	378.906	379.284	758.170	81,9	100	90,6
GALIZA	707.179	1.010.784	1.717.963	60,2	80,5	72,2

FONTE: Anuário de Estatística Agrária. MAPA.

Como preâmbulo ao comentário desta série numérica desejamos fazer uma precisão relativamente à qualidade das estatísticas manejaadas. Já ficou dito que gostaríamos de dispor de dados mais recentes, visto que nestes últimos cinco anos foi regulada (em Setembro de 1997) a Denominação de Origem Ribeira Sacra, se consolidou um pouco a de Monterrei (o 1996 era a sua primeira colheita submetida a seguimento) e está em processo de criação uma quarta subzona (a discutível do Ulha) na das Rias Baixas. Isto quer dizer que o vinho qualificado progressa a um ritmo importante na Galiza e que seria de grande interesse dispormos de dados um pouco mais actualizados (a Junta não publica séries deste tipo nos seus anuários). Em segundo lugar, os volumes de produção dão-se em hectolitros, em oposição às toneladas oferecidas sempre pela Conselharia; no futuro devemos esperar uma maior coordenação entre os serviços estatísticos.

Ainda que é certo que o vinho qualificado avança de modo notável em épocas recentes, não o é menos o dado de que a maioria dos caldos obtidos no país continuam ficando fora das Denominação de Origem: em 1996 quase os três quartos da produção total, mais de 80% nos tintos e surpreendentemente três quintos dos brancos. De facto, só os brancos ribeiros, os de Val-de-Orras (em particular os da variedade godelho) e um pouco os de Monterrei, justificam

que na vitícola Ourense os vinhos com marca acreditada desta modalidade sejam hegemónicos. Isto não acontece em Pontevedra, onde o alvarinho das Rias Baixas de modo nenhum atingia uma quota de 20% do total de brancos elaborados em 1996. É necessário apontar que esta D.O. sempre se caracterizou por extremar os controlos de qualidade antes que por aumentar a sua zona de produção. Porém, e apesar dos avanços das denominações, que na Galiza, terra de brancos reputados, se mantenha o predomínio dos tintos (com um 58,7%) demonstra a sobrevivência do consumo tradicional (desde as décadas de 1960-70) dum vinho empregado quotidianamente, com escassa graduação e, muitas das vezes, qualidade. Em 60,2% de brancos sem denominação também encontramos em bastantes ocasiões caldos medíocres, tipo ribeiro mas fora da zona delimitada ou *países* (*catalões* ou híbridos, que também assim os podemos individualizar) de bastante acidez e obtidos em miles de explorações e dezenas de pequenas adegas. Por último, os únicos tintos que apareciam nesses momentos com denominação eram os ribeiros e o val-de-orras elaborado com uva mencia. É possível a curto prazo o seu peso se incrementar (sobretudo com a nova Denominação de Origem Ribeira Sacra), posto sobre a base da recuperação de castas autóctones. Neste processo reforça-se a identificação tinto galego-terras do Sil (ou do Minho antes de se encontrar com o seu afluente), ao passo que o ribeiro tinto perde força diante do branco desta zona.

2. DENOMINAÇÕES DE ORIGEM E INDÚSTRIA DO VINHO NA GALIZA

Até o momento procurámos achar uma leitura geral sobre a vinha e o vinho no conjunto do território galego. Insistimos na existência de diferentes etapas na sua evolução contemporânea e, principalmente, interessou-nos comprovar como o vinho de mesa mantinha folgadoamente a sua primazia na produção, por mais que com uma tendência para a moderação dos seus totais e com uma previsível perda de quota de mercado diante dos brancos e tintos qualificados. A partir de agora centrar-nos-emos no vinho com Denominação de Origem. Primeiro apresentaremos as características mais sobressalentes de cada um dos cinco territórios produtores na Galiza, para depois comentar os seus dados quantitativos gerais (de novo com dados do MAPA correspondentes agora a 1997) e, em terceiro lugar, analisaremos a localização das adegas de vinho e aguardente no país, onde já se regista um maior número de indústrias com Denominação de Origem que de tradicionais empresas produtoras de vinho de mesa e a granel.

A zona de vinha e vinho por excelência na Galiza é o Ribeiro. Em termos geográficos, o vale configurado pelo rio Minho entre a cidade de Ourense e o limite

com a província de Pontevedra. A sua cabeceira histórica é Ribadavia, que desde a Idade Média forneceu de caldos (como os desaparecidos vinhos tostados) a diferentes regiões da Europa atlântica. Na actualidade terras de Ribadavia, Arnóia, Beade, Carvalheda de Ávia, Castrelo de Minho, Cenlhe, Cortegada, Leiro, Toém, Pungim, Santo Amaro e freguesias de Ourense e do Carvalhinho constituem esta comarca. O Ribeiro produz tanto branco como tinto; sempre predominou o segundo a granel, mas nos últimos tempos as adegas da denominação apostam pelos brancos. Embora alguns dos seus caldos sejam muito reputados, a percepção colectiva do Ribeiro continua a insistir mais num vinho abundante do que de qualidade. De facto, durante muitos anos não se cuidara que uma parte da sua produção se fazia com uvas e vinhos forâneos, nem mesmo a prática das adulterações. Na actualidade começa a se registar uma cisão muito interessante em três tipos de Ribeiro, como maneira de dar um conteúdo polissémico a este território. Primeira, algumas adegas apostaram pela qualidade (Emilio Rojo, Villa Meín, Vilerma, etc.), que foi reconhecida para os seus brancos em foros especializados. O novo Ribeiro coerente com a recuperação da história e das tradições que projecta a vila de Ribadavia. Segunda, a maioria do vinho com Denominação de Origem oferece uma qualidade aceitável com um preço moderado, predominando brancos sobre tintos. A ideia clássica de Ribeiro adaptada aos tempos actuais e com uns mínimos de cuidado na elaboração. Terceira, o Ribeiro a granel que pode ser da zona demarcada ou de qualquer lugar. Bom para consumir em tigelas, nas grandes celebrações, como continuidade dos hábitos arreigados desde os anos de 1960 e 1970, e que continuam a dar explicação a uma importante porção do negócio vinícola no país.

Como contraponto do Ribeiro sempre esteve o alvarinho, hoje enquadrado sob o rótulo Rias Baixas. Com efeito, em oposição à proliferação de *palomino* nas uvas brancas do Ribeiro e *garnacha* nas tintas, nesta Denominação de Origem é a cultura de uma uva autóctone branca a que fixou em princípio a zona a delimitar. Rias Baixas apenas inclui brancos, feitos como mínimo com 70% de alvarinho, e articula-se em três subzonas (à espera de uma quarta), todas na província de Pontevedra. A mais conhecida é a península do Salnés, com centro simbólico em Cambados, e a seguir estão o Rosal e a comarca do Condado, as duas na raia, pois a uva alvarinha também se cultiva em áreas do Alto Minho português. A chave do êxito do alvarinho foi o associar-se com a qualidade e, de um ponto de vista de imagem da terra, procurar a complementariedade com o consumo de marisco ou bons peixes, e tirar proveito do auge turístico das Rias Baixas desde a década de 1960. Precisamente a partir dessas datas o litoral pontevedrés converteu-se no principal destino de turismo «de sol e praia» na Galiza, ao passo que começou a se valorizar o marisco como produto estrela da nossa gastronomia (até àquele momento não se tinha reparado nele) e

nasceu a «Festa do Alvarinho» de Cambados como escaparate promocional deste produto.

Val-de-Orras, em Ourense e já no trânsito para as terras do Berço, é a terceira Denominação de Origem com relevância. No entanto, esta área preocupa-se mais da exploração das suas imensas canteiras de piçarra do que de produzir muito vinho e mesmo projectar uma imagem agradável cara ao exterior. Em Val-de-Orras jogam pouco os atractivos do território, por enquanto, a sua recente e notável expansão obedece a dois factores: o controlo da qualidade (sempre se aproximou mais do modelo Rias Baixas) e a manutenção de uvas autóctones (godelho branca e mencia tinta) em percentagem importante da sua produção. O reclamo destas variedades é bastante forte e permite esquecer uma paisagem destrozada pela minaria, ao mesmo tempo que emerge a ideia do vale do Sil como espaço de bom vinho no país. De facto, com uma continuidade territorial com Val-de-Orras apresentam-se a Ribeira Sacra, o resto do vale galego do Sil e o tramo do Minho entre Portomarim e os Peares. Esta ampla área, a mais regressiva em termos demográficos da Galiza, pretende ser dinamizada com uma imagem de marca nítida que joga com a noção de rio encaixado, de grande atractivo turístico, onde a vinha está muito presente, e o legado da história, com a manutenção de um bom número de mosteiros de enorme interesse patrimonial. A Ribeira Sacra articula-se em várias subzonas: Chantada, Amandi-Sober, Quiroga e alguns territórios da margem ourensana. Sobretudo produz tintos mencia e do aperfeiçoamento das suas qualidades (pois que os cursos do Minho e do Sil neste espaço projectam já um enorme atractivo), depende o seu auge a curto e médio prazo. Em certa medida, a Galiza precisa da elaboração de bons tintos, a superação de um tema pendente, quando menos perceptível, nos últimos decénios.

Por último, Monterrei parece-se muito pelas qualidades das suas vinhas e vinho com o Ribeiro. O que acontece é que agora nos encontramos no Vale do Monterrei, nas margens do Tâmega, tributário do Douro, também nas proximidades de Portugal. Em adegas de Monterrei, Verim e Oimbra (ainda muito poucas), elaboram-se brancos e tintos sem uma excessiva particularização até ao momento. Unicamente a apresentação destes caldos como originários de uma nova terra, bem singularizada, de vinha «de sempre», poderá consolidar a Denominação de Origem. Para finalizar, queremos fazer referência ao facto de existir uma denominação de aguardente: «Orujo Galego», que explica o aparecimento de estabelecimentos especializados neste licor por todo o país.

Na Tabela 3 apenas nos interessa expor os dados básicos das denominações em relação à superfície inscrita e a produção comercializada, neste caso para a campanha 1996-97, segundo informações obtidas do MAPA.

Tabela 3 – Vinhos com Denominação de Origem.
Superfície inscrita e produção. 1997

Denominação	Superfície inscrita (hectáreas)	Produção comercializada (hectolitros)
Monterrei	446	2.630
Rias Baixas	1.663	57.344
Ribeira Sacra	1.550	11.255
Ribeiro	2.600	119.197
Val-de-Orras	1.500	44.745
TOTAL	7.759	235.171

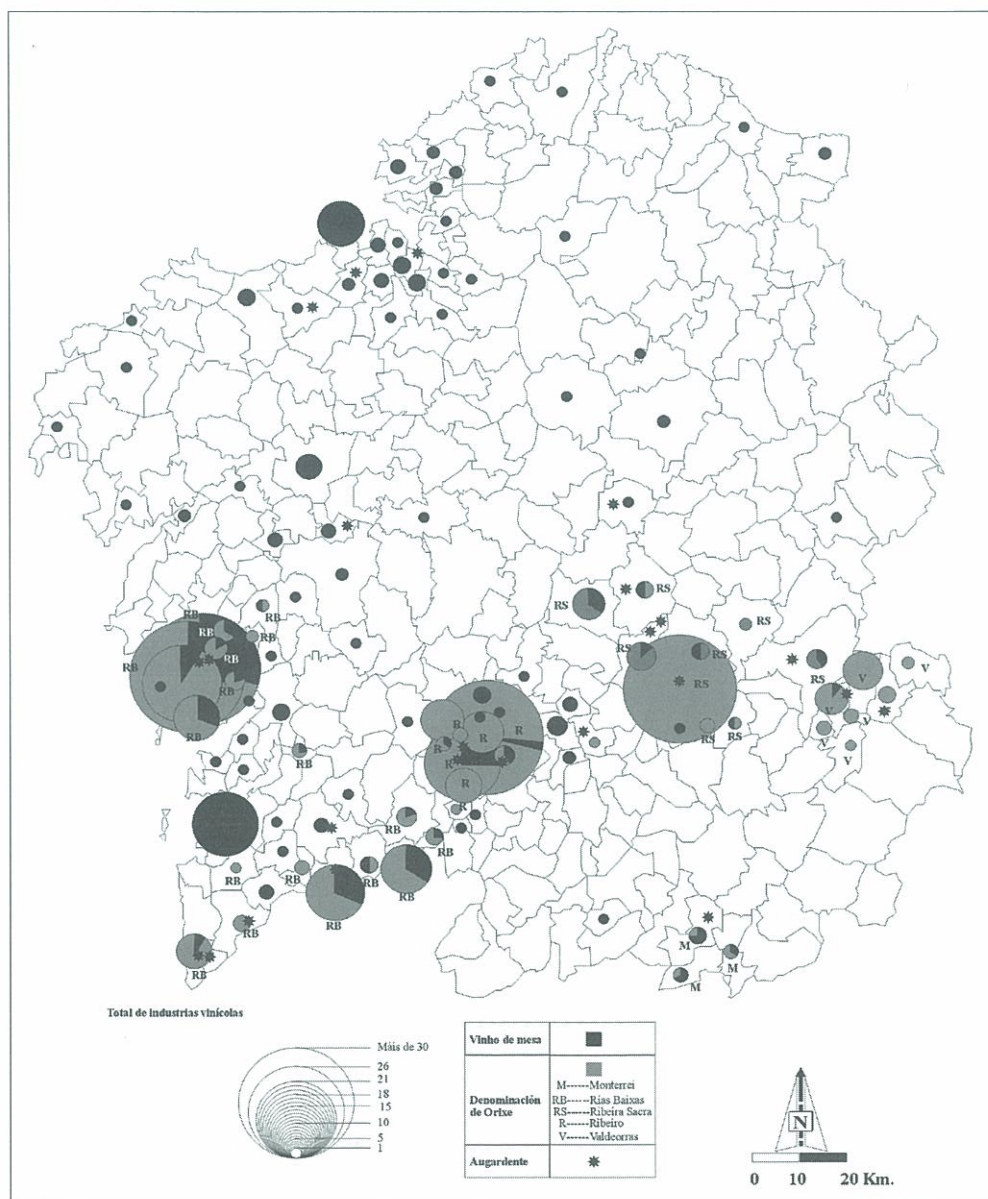
FONTE: Anuário de Estatística Agrária. MAPA.

A observação deste quadro estatístico simples poderá levar a certos erros se não realizarmos um conjunto de precisões. Entre elas, de novo, a necessidade de recordar que desde 1996 ou 1997 as Denominações de Origem na Galiza progrediram largamente, em vinha inscrita e especialmente em quota de mercado. De facto, os dados que dizem respeito das denominações de Monterrei e Ribeira Sacra são meramente conjunturais, dado que a Ordem Ministerial que as regulava não tinha nesses momentos nem dois anos de antiguidade. Além disso, queremos ratificar a ideia de que só uma minoria das vinhas do país apareciam inscritas para a sua venda sob um destes cinco nomes (aproximadamente 25-30% do total segundo a fonte). Também se deve notar uma extensão muito semelhante para os espaços demarcados (entre 1.500 e 2.600 ha., com excepção de Monterrei), como indicador de que os territórios vinícolas costumam definir-se de uma maneira semelhante em todo o país. Por último, os dados de produção esclarecem que o Ribeiro, a Denominação de Origem clássica, mantinha quase metade do total de hectolitros registados; as mais prestigiadas Rias Baixas e Val-de-Orras de 20% a 30%; e a Ribeira Sacra e Monterrei uma percentagem pequeníssima, que sem dúvida tem variado de modo notável no primeiro caso.

Um segundo indicador que utilizamos para valorarmos a importância, ainda dentro de um contexto dominado pela tradição autoconsumista, do vinho com denominação, toma os seus valores do presente. Do registo de indústrias agroalimentares que gestiona a Conselharia de Agricultura da Junta da Galiza e actualiza cada ano (neste caso dispomos sim de uma informação aceitável). No Mapa 1 cartografamos as adegas que elaboram vinho em todo o país (também as de aguardente com Denominação de Origem), diferenciando as que oferecem um produto não qualificado das associadas a uma denominação. A respeito disto, é necessário dizer que um total de 541 empresas elaboram vinho e aguardente (a

que haveria que somar mais algumas que produzem outros licores). Trata-se de uma cifra elevada que reflecte o minifundismo do sector e uma tradição muito arraigada de consumo. Na repartição provincial volvemos constatar a presença duns dados semelhantes aos da produção de vinho e superfícies ocupadas pela vinha: Pontevedra 229 adegas, Ourense 175, Lugo 71 e Corunha 66.

INDÚSTRIAS VINÍCOLAS E DE AGUARDENTES



O primeiro valor que reclama um pouco a nossa atenção é o de que as empresas vinculadas com a denominação de origem sejam 322 e superem amplamente às especializadas em vinho de mesa, 208 unidades, com 27 engarrafadoras de aguardente (unicamente 6 sós e as 21 restantes associadas à produção de vinho) e 2 que combinam vinho a granel com Denominação de Origem (pelo geral, trata-se de dois mundos bem individualizados). Em relação aos dados do sector, deduz-se que as empresas de vinho sem qualificar possuem umas dimensões muito superiores às adegas com denominação. Entre estas últimas existem estabelecimentos de grande tamanho (cooperativas no Ribeiro, o Salnês ou Val-de-Orras, entre outras), mas também dezenas de pequenas empresas familiares que beneficiam de um mercado em expansão.

A leitura da distribuição de produtoras e engarrafadoras de vinho de mesa resulta muito reveladora. Estamos diante de negócios clássicos próximos das zonas de consumo ou de elaboração que se mantêm graças a um perfeito conhecimento da procura e preços francamente competitivos. Como lugares de radicação destas adegas destacam: as cidades (Corunha, 13; Santiago, 7; Vigo, 18), alguns dos seus contornos (Culheredo, Fene, O Porrinho, Mós), comarcas tradicionais de distribuição de vinhos (as Marinhãs de Betanços, o Carvalhinho) e áreas próximas das Denominações de Origem mais populares da Galiza, embora não se integrassem nelas e ofereçam os seus caldos como ribeiros, alvarinhos ou *países* (a cidade de Ourense e os seus arredores, Cuntis-A Estrada, Pontevedra, etc). Umas empresas vinícolas com tendência para se localizar no litoral (Pontevedra, 84 unidades, e A Corunha, 64) e em espaços onde se cultiva vinha não qualificada.

No que diz respeito às adegas associadas a uma Denominação de Origem, é necessário fazer menção do elevado número das mesmas nas Rias Baixas (em total 139), face às do Ribeiro (96), Ribeira Sacra (54), Val-de-Orras (31) e Monterrei (apenas 4). A explicação deste facto é bem fácil: na costa de Pontevedra as empresas são de dimensões muito reduzidas, tanto pela exagerada fragmentação da propriedade da terra como pela qualidade do vinho engarrafado que favorece uma imagem positiva da pequena empresa e a competência entre marcas. Esta situação contrasta com o Ribeiro, caracterizado por adegas em geral mais grandes. Em Val-de-Orras ou Monterrei também se produz uma relativa concentração, enquanto que o êxito inicial da Ribeira Sacra animou a muitos pequenos vinhateiros a criarem empresas próprias. Atendendo à sua localização concreta, é do nosso interesse enumerar aqueles municípios com mais de 6 adegas, portanto centrais na sua correspondente denominação: Chantada e Pantom com 6, e Sober com 29 na Ribeira Sacra; Arnóia com 10, Castrelo de Minho com 37, Cenlle com 12 e Ribadavia com 15 no Ribeiro; a Rua com 8 e Vilamartim com 11 em Val-de-Orras; Arbo com 10, Cambados com 19, Meanho com 26, Ribadú-

mia com 21, o Rosal com 9, Salvaterra de Minho com 11 e Sangenjo com 9 nas Rias Baixas. Resulta curioso verificar como aqueles municípios pequenos (Sober, Castrelo, Meanho, Ribadúmia, Vilamartim, etc.) se orientaram para a produção de vinho de qualidade através da proliferação de um bom número de adegas de origem familiar ou cooperativa.

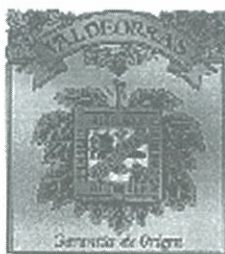
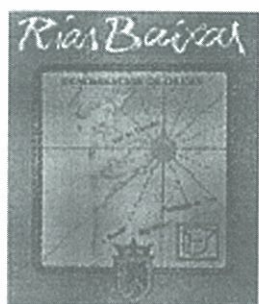
Finalmente, a localização das 27 empresas autorizadas para o engarrafamento de aguardente com o rótulo «Orujo Galego», sintetiza as lógicas de distribuição dos estabelecimentos que elaboram vinho de mesa ou com Denominação de Origem. Temos unidades perto dos grandes mercados urbanos e as principais vias de comunicação (Betanços, Culheredo, Pereiro de Aguiar, Ponteareias) e sobretudo nas zonas com denominação (Pantom, Castrelo de Minho, Ribadavia, Cambados, etc.). Em definitivo, uma geografia dos centros de produção de vinhos e aguardentes que reflectem a coexistência de dois mundos intercomunicados, um em declínio embora possa resistir graças à adaptabilidade das suas empresas (o de vinho sem qualificar) e outro em expansão (reparemos no êxito da Denominação de Origem Ribeira Sacra com 54 adegas em só quatro anos de funcionamento).

3. IMAGENS E ÍCONES DOS VINHOS ENGARRAFADOS

O território e a história são referentes continuamente utilizados pelas sociedades para se identificar, se singularizar frente aos outros. Do mesmo modo, se pretendermos individualizar uma zona de vinho de qualidade, afirmá-la diante das vizinhas, as imagens que achamos serão muito significativas a respeito das ideias que procuramos exprimir para o exterior. É por isso que introduzimos aqui uma breve análise em relação aos conteúdos das etiquetas e contra-etiquetas dos vinhos com Denominação de Origem elaborados na Galiza, um aproximação inicial que no futuro havemos de procurar ir completando.

Um elemento indiscutível de imagem das denominações é o conteúdo dos escudos dos diferentes Conselhos Reguladores das Denominações de Origem e das etiquetas que distribuem para identificar os seus brancos e tintos. Na Galiza, encontramos dois escudos e contra-etiquetas de conteúdo geográfico, territorial: os de Rias Baixas e Ribeira Sacra; a par de outros dois que insistem mais sobre ícones do passado, um passado em forma de monumentos: o Ribeiro e Monterrei; e um último com um motivo em certa medida banal, pouco singularizado: Val-de-Orras. Os escudos de Rias Baixas e Ribeira Sacra são dois esboços-mapa, já que estas regiões galegas também são muito conhecidas por outros atributos e é preciso inscrever o seu vinho nesta percepção favorável de áreas atractivas para o turismo e os tempos livres. Além disso, nas Rias Baixas esta denominação se

impôs à de alvarinho, num princípio mais popular, e portanto resulta coerente que seja indicado, grosso modo, o espaço deste vinho. A representação consiste num esboço onde, em tamanho minúsculo, se situam as rias em Espanha, e depois um simples perfil em que são nomeadas as três subzonas produtoras, sem continuidade territorial entre elas, e o rio Minho, empregado para a delimitação com Portugal. Um centro, que joga com a ideia de sol, localizado aproximadamente em Pontevedra envia uma espécie de raios ao amplo espaço em que se situam as subzonas, reafirmando o carácter provincial desta denominação até ao momento; também a posição de equilíbrio do concelho de Pontevedra, em que se encontra o Conselho Regulador. Visto o protagonismo que alcançaram as marcas nesta Denominação de Origem, agora muitas contra-etiquetas não reproduzem este escudo e combinam uma mensagem da adega que elaborou o vinho, com um indicativo simples em que destaca o nome Rias Baixas. Com ou sem mapa, sempre um âmbito espacial conhecido como fundamento deste vinho tão qualificado.



Estas reproduções aclaram o assinalado no texto

Pela sua parte, na Ribeira Sacra o esboço representa o espaço Sil-Minho com uma maior precisão. Precisão que visa territorializar os conteúdos em quatro subzonas (Chantada, Amandi, Quiroga e Ribeira ourensana), sem dúvida para

informar da localização exacta de uma nova denominação que aspira a fazer-se com boa parte do mercado de tintos mencias galegos. Em cima e em baixo do mesmo situam-se um selo com as iniciais «RS» e o nome Ribeira Sacra, em alguns âmbitos mais conhecido pelo seu passado patrimonial que pelos seus vinhos.

A popularidade do Ribeiro explica que os seus elementos identificativos sejam os mais clássicos e que não se insista demais no jogo com atributos específicos. Em concreto, o seu escudo inclui uma figura simplificada de um castelo (evocação do dos Sarmento, um dos emblemas de Ribadavia), um sol e uma lua ao seu lado, e em baixo uma ponte sobre um rio (o Ávia ou o Minho). Ícones tradicionais para o mais importante vinho galego quanto à produção e aceitação populares. Referências a obras monumentais da Idade Média, etapa muito valorizada na história do país e chave na origem dos vinhos desta zona, e ao rio, pois o Ribeiro é o cultivo mais valorizado das margens do Minho e alguns dos seus afluentes ourensanos. Como ocorria com o Rias Baixas, na actualidade as contra-etiquetas diminuíram as dimensões desta imagem-emblema e introduzem o nome da Denominação de Origem em grandes caracteres (recordemos o problema da fraude) e dois escudos mais (objectos históricos da elite como mecanismo para valorar algo).

No que diz respeito a Monterrei, as suas similitudes com o Ribeiro também se manifestam no desenho do seu anagrama. Sem dúvida uma figura de um castelo (o de Monterrei) e um ácino. Aqui o castelo ocupa a posição central, pois que constitui um elemento chave na identificação deste novo território de vinha e vinho qualificados. Mais uma vez, as contra-etiquetas empequenecem este emblema em favor do nome da denominação. Finalmente, Val-de-Orras emprega anagrama e etiqueta para a parte traseira das garrafas coincidentes. Sem lugar a erro, a imagem menos personalizada consta de uma folha de vide, um escudo de conteúdos pouco claros (um espigueiro, um cruzeiro...) e o nome da área de produção. É necessário recordar que Val-de-Orras também é um topónimo conhecido como espaço comarcal bem delimitado, e que muitas pessoas ao lerem o nome já identificarão a procedência do branco ou do tinto.

BIBLIOGRAFIA

- CALDAS, A. dos Santos – *Dinâmicas globais e tendências de desenvolvimento rural em territórios periféricos: o Eixo Juazeiro-Petrolina (Brasil) e a Comarca do Ribeiro (Estado Espanhol)*. Universidade de Santiago – Departamento de Xeografía, 2001, p. 610. Tese de Doutoramento inédita.
- LE GARS Cl.; ROUDIÉ, Ph., dir. – *Des vignobles et des vins à travers le monde*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1996.

- LOIS GONZÁLEZ, R. C., coord. – «Xeografía Económica I. A explotación dos recursos do territorio». In *Xeografía de Galicia*. Dirigida por A. Pérez Alberti. Bilbao: Gran Enciclopedia Gallega, 1995, tomo 5.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. – *La urbanización del espacio rural en Galicia*. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, 1997.
- SANTOS SOLLA, X. M. – «La localización del viñedo en Galicia: factores humanos y económicos». In *Simposio Internacional Otero Pedrayo e a Xeografía de Galicia*. Santiago: Consello da Cultura Galega, 1988.
- SANTOS SOLLA, X. M. – *Geografía de la vid y el vino en Galicia*. Pontevedra: Deputación Provincial de Pontevedra, 1992.
- TORRES LUNA, M^a. P., e LOIS GONZÁLEZ, R. C. – «Le vignoble: un type d'exploitation agricole individualisé en Galice». In LE GARS et ROUDIÉ – *Des vignobles et des vins à travers le monde*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1996, pp. 461-469.

